

ROCHA, S. (2003). *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2003, 244p.

*Tadeu Silvestre da Silva**

Em começos da década de 1970, acadêmicos, instituições internacionais voltadas ao financiamento do desenvolvimento e *policy makers* finalmente compreenderam que o crescimento econômico, por si só, não asseguraria a erradicação da pobreza e tampouco da desigualdade social, nem mesmo nos países ricos. Desde então, o pensamento que sustentava as políticas econômicas e sociais dominantes sofreu uma ampla revisão.

No caso brasileiro, a pobreza é a questão social que se encontra na ordem do dia. Não obstante, há uma lacuna a separar as teorias e propósitos éticos das ações efetivas para a solução do problema. Por isso, o pesquisador do tema busca esclarecê-lo e, ao mesmo, apresentar propostas de políticas eficazes. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* segue essa tônica.

O nome da Prof^ª. Sonia Rocha, da FGV, é reconhecido mundialmente quando se trata de estudos sobre pobreza e desigualdade social. Experiente pesquisadora, já passou por outros dois renomados centros de pesquisa brasileiros — IBGE

* Tadeu Silvestre da Silva é professor da Faculdade São Luís e membro do Núcleo de Estudos sobre a Pobreza — NEFO/FSL.

e Ipea. Atenta à face oculta das estatísticas (censos, pesquisas, amostras), destaca-se pela capacidade de aperfeiçoar e adaptar métodos em prol de resultados mais confiáveis.

O livro começa apresentando o panorama metodológico-conceitual a partir do qual se desenrolará a pesquisa. Afinal, o que é pobreza (ou pobreza?). Logicamente, trata-se de um fenômeno complexo. Mas, de uma forma genérica, pobreza seria *a insuficiência no atendimento de necessidades*. A pobreza assume duas formas distintas: absoluta e relativa.

O conceito de *pobreza relativa* está vinculado a uma condição mediana de vida proporcionada pela riqueza de cada país, não obrigatoriamente relacionada à carência de bens e serviços classificados como essenciais. Essa tipologia de pobreza é aplicável aos países desenvolvidos, onde a renda per capita é elevada e “*a desigualdade de renda (...) é em grande parte compensada por transferências de renda e pela universalização do acesso a serviços públicos de boa qualidade.*” (p.31).

Pobreza absoluta relaciona-se ao não-atendimento de necessidades tidas como básicas, independentemente da riqueza nacional. A conceitualização da pobreza absoluta requer o estabelecimento de um limite objetivo, que, no caso, é o valor de uma cesta de bens capaz de atender a um mínimo de necessidades alimentares, de outra, composta de bens não-alimentares. As *linhas de indigência*, por sua vez, seriam limites objetivos, representados pelo valor de uma cesta alimentar capaz de atender apenas a necessidades vitais. Portanto, o conceito de *linha de pobreza* está associado ao atendimento de um conjunto mais amplo de necessidades, que não apenas os alimentares. O conceito de pobreza absoluta é aplicável a outros dois grupos distintos de países. Para o primeiro, a riqueza nacional, independentemente de sua distribuição, não proporcionaria uma renda *per capita* capaz de assegurar sequer o mínimo vital para a maioria de sua população. Para o segundo grupo, a pobreza absoluta resulta de uma crônica desigualdade de renda. O Brasil, como economia de renda média, está incluído nesse último grupo.

A autora define o grupo familiar — “*peças que moram no mesmo domicílio ligadas por laços de parentesco ou não, mas que funcionam como um grupo solidário em relação ao rendimento e ao consumo*” (p. 35) como a unidade estatística relevante, pois confia na íntima relação do bem-estar individual com a renda familiar. Mas, Sonia chega a constatar que os indicadores de desigualdade baseados na renda familiar situam-

se em patamares similares aos individuais, provando, assim, que a família não está sendo capaz de cumprir seu papel distributivo. Em uma trajetória de longo prazo (1981-1989), considerando-se a renda familiar *per capita*, observa-se, inclusive, leve crescimento da desigualdade entre as famílias, tanto em termos da renda total, quanto *per capita*.

Para estabelecer linhas de pobreza e indigência no caso brasileiro, partindo da disponibilidade de dados, Sonia toma como referência o consumo observado das famílias de diferentes níveis de rendimento. Feito isso, os próximos passos são: determinar as necessidades nutricionais por região e o valor da cesta alimentar associado a uma ingestão energética mínima, suficiente para garantir as funções vitais — para a metrópole de São Paulo, por exemplo, esse número é estipulado em 17% abaixo da ingestão recomendada. O valor dessa cesta corresponde à linha de indigência. O valor da linha de pobreza inclui o valor de itens não-alimentares e, por conseguinte, nele está embutido o valor da linha indigência. O critério de classificação da pobreza passa, deste modo, pela insuficiência de renda.

A dimensão da desigualdade social no país está intimamente associada à concentração de renda nas mãos dos grupos mais ricos. Essa regra tem se mantido mesmo em momentos de recuperação do crescimento da renda. Ainda que os números indiquem uma redução gradativa da pobreza desde os anos 1970.

A pobreza no país tem forte componente regional, concentrando-se sobretudo no Norte e Nordeste e diminuindo em direção aos estados do Sul. A pobreza é mais evidente nas áreas rurais (40% dos pobres ali se concentram), mas ela assume um caráter metropolitano quando se trata de regiões mais urbanizadas, como são os casos de Rio de Janeiro e São Paulo. Ademais, no cômputo geral, 78% dos pobres encontram-se em áreas metropolitanas do país, conforme números de 1999.

Na distribuição da renda da população com mais de dez anos de idade, com rendimento positivo, em 1999, o estrato dos 1% mais ricos se apropriavam de 13% da renda, valor próximo dos 50% da população com rendimentos mais baixos (13,9%). Assim, fica claro por que o Brasil é um dos países onde o Índice de Gini é mais elevado (sempre flutuando em torno de 0,60, indicador de altíssima concentração). Tal é a concentração de renda que, mesmo na ocorrência de duplicação da renda real dos 10% de rendimentos mais baixos, em 1993-1995, pouco efeito foi sentido sobre o índice de Gini.

Essa lógica perversa poderia ter sido interrompida nos anos 1970, quando houve os maiores índices de crescimento econômico. No entanto, nas circunstâncias do chamado “milagre econômico” brasileiro reforçou-se a concentração de renda: a carência de pessoal especializado e a oferta ilimitada de pessoal de baixa qualificação ampliaram a distância entre ricos e pobres, a despeito de uma considerável queda da pobreza absoluta, que foi reduzida à metade. Nos anos 1980, chamados de “década perdida”, uma confluência de fatores adversos — a queda da taxa média de crescimento econômico (2,2% anuais) e de rendimento (-1,5%), e o processo de aceleração inflacionária — obstaram uma significativa redução da pobreza.

Como economia de renda média, o triste quadro da pobreza absoluta no Brasil é função da má distribuição de renda, fato que concentra importância estratégica no âmbito da formulação de políticas sociais, por três razões básicas: a) por uma questão de justiça social; b) por gerar situações de conflito insustentáveis; c) a redução pobreza absoluta no país passa pela implementação de políticas públicas que, pelo menos, amenizem o caráter concentrador do modelo de crescimento brasileiro.

Sonia Rocha também traça um perfil dos pobres brasileiros. As crianças são alvos mais vulneráveis à pobreza do que os idosos. Dada a estrutura de rendimentos, chegam a se beneficiar em relação aos pequenos. Para 1999, pouco menos de 16% de pessoas com mais de 60 anos estavam abaixo da linha de pobreza, ao passo que 54,5% das crianças com menos de 4 anos encontravam-se em situação de pobreza.

Pessoas negras e pardas somavam 61% dos estratos mais pobres. Pessoas com baixo nível de escolaridade, com menos de quatro anos de estudo, também têm enormes chances de ser pobres.

Para a maioria dos pobres, o trabalho é a principal fonte de renda, e, na maioria das vezes, este é exercido na informalidade, em precárias condições. As próprias características estruturais do mercado de trabalho no Brasil agravam o problema. De 1996 a 2001, foram 1,3 milhão de postos de trabalho ocupados por pessoas com menos de quatro anos de estudos, em seis regiões metropolitanas do país, onde residem 30% da população do país.

Em determinadas áreas rurais, como o Nordeste, as atividades de subsistência são um importante determinante da pobreza. Nas áreas urbanas, os bolsões de pobreza explicam-se pelo emprego dos pobres em atividades de produtividade muito baixa.

Frente a toda essa problemática, a autora sugere um conjunto bem delineado e sistemático de políticas públicas, concebidas de acordo com peculiaridades regionais e demográficas, com o fito de, a curto prazo, minimizar e, a longo prazo, erradicar a pobreza no Brasil.